

MEMÓRIAS DE UM DESAPARECIMENTO:
AS FERIDAS ABERTAS POR UM CORPO INSEPULTO,
EM *OUTONO*, DE LUCÍLIA GARCEZ

Gínia Maria Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura.

Ludmila da Silva Catela

Resumo: Entre as muitas faces da ditadura militar tematizadas na narrativa brasileira contemporânea, o desaparecimento forçado surge em um número expressivo de romances. A perda de uma pessoa próxima, cujas especificidades da morte se ignora, transforma-se em uma ausência que atormenta os vivos os quais sofrem por não poder realizar o luto. *Outono*, de Lucília Garcez, objeto desse ensaio, está entre as ficções que apresentam esse drama, aqui analisado sob o aspecto do trauma produzido pelo completo desconhecimento da situação de um ente querido arrebatado pelos aparelhos de opressão.

Palavras-chave: Lucília Garcez; *Outono*; Ditadura militar; Desaparecidos; Trauma.

Abstract: Among the many faces of the military dictatorship thematized in contemporary Brazilian narrative, forced disappearance appears in an expressive number of novels. The loss of a close person, whose specificities of death are ignored, becomes an absence that torments the living, who suffer for not being able to mourn. *Outono*, by Lucília Garcez, object of this essay, is among the fictions that present this drama, analyzed here under the aspect of trauma produced by the complete ignorance of the situation of a loved one swept away by the apparatuses of oppression.

Keywords: Lucília Garcez; *Outono*; Military dictatorship; Disappeared; Trauma.

Introdução

O período da ditadura civil-militar brasileira tem sido foco de muitos romances contemporâneos, sobretudo os publicados a partir de 2014. Esse resgate é importante, pois isso significa elaborar um trauma que ficou em suspenso pela Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), a qual perdoou os responsáveis por crimes hediondos. Essa Lei, ao anistiar criminosos e não realizar um ajuste de contas com esse passado traumático, não contribuiu para elaborá-lo. Maria Rita Kehl (2010: 126) mostra o quanto essa ação foi perniciosa: “Não há uma reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade”. É justamente em razão disso que o papel da literatura é imensurável, porque não deixa esquecer os crimes cometidos pelos agentes repressores naqueles anos de chumbo. Eurídice Figueiredo (2017: 43) ressalta o quão fundamental é a literatura para recriar as cenas e o clima que então se viveu:

E, no entanto, a despeito do enorme trabalho realizado por historiadores e jornalistas, só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação, pois como afirma Jacques Rancière (2009: 58), “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”.

Entre as muitas faces da ditadura presentificadas nesses romances, o desaparecimento forçado é recorrente, sendo tematizado em um número expressivo de publicações da literatura brasileira contemporânea. A perda de uma pessoa próxima, cujas especificidades da morte se ignora, transforma-se em uma ausência que atormenta os vivos os quais sofrem por não poder realizar o luto. Entre eles, um familiar atribui-se a empreitada de buscar o corpo de um pai, de um filho, de um marido desaparecido nos porões do regime repressor. Cabe mencionar alguns romances: *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum; *Estive lá fora* (2012), de Ronaldo Correia Brito; *Mar azul* (2012), de Paloma Vidal; *K. – Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski; *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva; *Mulheres que mordem* (2015), de Beatriz Leal; *Palavras cruzadas* (2015), de Guiomar de Grammont; *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage; e *Júlia: os campos conflagrados do senhor* (2020), de Bernardo Kucinski.

Falar do desaparecimento é falar de um trauma individual e coletivo. Trata-se de um trauma cujas feridas permanecem abertas, pois foi vedada a realização do rito fúnebre àqueles que foram atingidos por tal catástrofe, uma vez que o corpo morto não lhes foi restituído. O desaparecido permanece redivivo, devido à ignorância de ele estar vivo ou morto, por isso seu estatuto de *ser* desaparecido e não de estar desaparecido. Gabriel Gatti (2011: 63) salienta a relevância do uso do verbo: “Es un ausente presente. *Es*, no está, pues la desaparición se conjuga apuntando a la permanencia de un estado imposible: [...] la desaparición forzada de personas inventa un espacio de inestabilidad perpetua, una suerte de *limbo permanente*”.

Também Danilo, marido de Ângela, protagonista-narradora de *Outono*, é um desaparecido. Quarenta anos depois desse episódio fatídico, ela ainda é assombrada pelas memórias daqueles tempos, que invadem seu presente. No romance, esse “clima de terror”, de que fala Figueiredo, está representado. É o desaparecimento de Danilo que impõe à esposa uma dor avassaladora e a obriga a um verdadeiro périplo pelos labirintos sombrios onde os agentes repressores atuavam. Grávida, ela se atemoriza com a possibilidade de também ser presa, dada à exposição que sua busca acarreta. Tendo um bebê para criar, decide reconstruir-se no vazio dessa ausência, criar uma normalidade na experiência absolutamente anormal que está vivenciando. Esse ensaio pretende examinar as implicações desse desaparecimento para a personagem-narradora.

1 A reencenação do evento traumático

Acontecimentos históricos constituem o marco temporal do romance. O mais recente refere-se à Comissão Nacional da Verdade, para cuja reunião Ângela e Vitória, a filha, são convidadas. Considerando-se que a Comissão foi instalada em 2012, e que o relatório final foi entregue em 2014 à então presidenta Dilma Rousseff, pode-se situar o presente da narrativa nesse período. Referências históricas permitem afirmar que a desapareção do marido tenha ocorrido em 1973. Ou seja, são passadas quatro décadas desse evento trágico. No entanto, apesar da distância, esse episódio continua reverberando no cotidiano da protagonista. O sofrimento pregresso, as buscas pelo paradeiro do marido e a construção de uma nova normalidade são rememoradas.

No presente da narrativa, o cotidiano de Ângela se alterna entre trabalho, leituras e recordações. O trabalho é sua tábua de sustentação, que a impede de sucumbir às

lembranças dolorosas, compondo a baliza do seu dia a dia. Ela deixa explícito sobre o quanto ele é essencial em sua vida:

Tinha um compromisso para planejar outro jardim. Gosto desse trabalho, que me absorve por muitas horas, preenche o vazio de meus dias e me distancia de outras preocupações, da depressão, da inutilidade. [...] A que iria me dedicar se não fosse o trabalho? Como iria preencher as horas e os dias? Como iria sufocar a ferida aberta que ainda tinha no coração? (Garcez, 2018: 40-41)

O trabalho tem a função de “preencher os seus dias” e de impedi-la de ficar imersa na “ferida aberta”. Note-se que essa observação é feita no presente da narrativa, passados quarenta anos da desapareição. A metáfora mostra o quanto essa ainda reverbera, dando visibilidade a um sofrimento que segue atual. Gatti (2011: 155), ao reportar-se à questão, reitera a permanência da dor: “Heridas en fin. Pero heridas abiertas, que no cierran. Heridas para las que no hay lenguaje que funcione cómodo: no cabe literalidad para dar cuenta de ese dolor sordo y permanente”. A expressão “ferida aberta”, a que tanto a narradora quanto o estudioso recorrem, aponta para o trauma.

Os estudos de Márcio Seligmann-Silva, os quais se ancoram em Freud, mostram que uma experiência traumática é de difícil elaboração. Afirma o estudioso que “O trauma é justamente uma *ferida* na memória” (2000: 84). Para ele, essa é uma experiência que se caracteriza pela “incapacidade de *recepção* de um evento que vai além dos ‘limites’, para nós, algo *sem-forma*” (84). Da impossibilidade de submissão a uma forma decorre “a repetição constante, alucinatória, por parte do ‘traumatizado’ da cena violenta: a história do trauma é a história de um choque violento, mas também de um *desencontro* com o real (em grego, vale lembrar, ‘trauma’ significa ferida)” (2003: 49).

No caso de Ângela, não ter simbolizado esse evento é determinante para que, no presente da narrativa, cenas traumáticas continuem se imiscuindo em seu cotidiano. Ao longo dos anos, em várias ocasiões, essa “ferida aberta” volta a sangrar, e o sofrimento que a catástrofe desencadeou se atualiza. Inclusive, recorre a essa expressão em algumas oportunidades. Ao rememorar as manifestações pelas Diretas Já, quando a ausência do marido foi sentida com muita intensidade, ela se deixa levar pela emoção: “A saudade faz faltar o ar, traz uma febre incontrolável, dói como uma ferida aberta que nunca tem cura” (98). Nesse trecho, além de retomar a expressão “ferida aberta” que revela a experiência dolorosa, o trauma está transparente no corpo. De acordo com as reflexões

de Aleida Assmann (2011: 265), “A memória corporal de feridas e cicatrizes é mais confiável que a memória mental”.

Ângela assiste a vários filmes sobre os anos de chumbo. Esses também concorrem para o extravasamento da sua dor, fazendo recrudescer o sofrimento pregresso. Sobre *Que bom te ver viva*, ela afirma: “Saí abatida. Todo o sofrimento voltava de forma avassaladora. Aqueles depoimentos de mulheres que tinham sido torturadas me tocavam profundamente. A saudade de Danilo voltava com toda a força. E tristeza, consternação, amargura me tomavam por vários dias” (102). Com o filme, as lembranças impõem-se e a saudade de Danilo se renova. A emoção também é desencadeada com *Lamarca*: “Saí do cinema transtornada por reviver aquele período de medo, de terror. [...] Não queria especular minhas memórias para não me fazer reviver todos os tormentos por que passara” (108).

O filme *Cidadão Boilesen*, que assiste na televisão na companhia de Francisco, seu então namorado, também contribui para mostrar que o trauma desse desaparecimento continua latente. Nesse momento, ela começa “a chorar convulsivamente” (174). Sua reflexão sobre o impacto que esse filme lhe provoca é muito interessante: “— [...] Nada disso passou. Tudo está aqui ardendo dentro da minha memória. Não é uma história que se apaga com os anos. Não se apaga nunca. É como se fosse ontem” (174). Aqui se percebe, em sua consciência, o quanto o evento traumático continua presente, seu sofrimento se renovando continuamente.

Convém ainda examinar os pesadelos, porque eles encenam o evento traumático. Em um deles, Ângela está atenta ao seu significado: “Suspeito que o espectro de Danilo ronde meu inconsciente, que a ferida ainda esteja aberta, que os anos não tenham apagado meus sentimentos, que as marcas da sua ausência ainda sejam profundas e doloridas” (136). Percebe-se em sua reflexão a consciência de que o trauma ainda não foi elaborado. Em outro, sua reação física mostra o quanto esse foi impactante: “Acordei no meio da madrugada, atordoada, trêmula, com dificuldade para respirar” (144). Mesmo depois de tomar chá, seu desconforto permanece. Sobre um terceiro, depois de “acord[ar] gritando” (177), ela confunde Francisco com o marido desaparecido: “— Danilo, que bom que você está aqui comigo — eu disse sonolenta” (id.ibid.). Embora nada seja dito sobre o teor do pesadelo, pode-se inferir que esse também tivesse Danilo por foco. A espontaneidade de sua confusão mostra o quanto

esse ausente está presente em sua vida. Isso é percebido pelo namorado, que a adverte sobre a necessidade de libertar-se. A resposta de Ângela ressalta que são circunstâncias que independem da sua vontade: “— [...] Eu não consigo me libertar dessas marcas da minha juventude. São feridas profundas que não se fecham facilmente. Voltam a me atormentar quando eu menos espero. É involuntário, mas faz parte de mim. Não se aborreça, por favor” (178). A mesma confusão ocorre em outras oportunidades, sempre depois de ter pesadelos.

A desapareição revela-se um trauma não simbolizado; em razão disso, algumas circunstâncias desencadeiam seu sofrimento. No tempo da narrativa, as marcas do evento catastrófico ainda repercutem, tanto é assim, que não consegue se refazer afetivamente, pois “O luto me deixara marcas indeléveis” (101). É nessa conjuntura que o trabalho representa um alicerce bastante seguro para que não sucumba aos pensamentos mórbidos: “A melancolia, a saudade e a tristeza me invadiam subitamente e eu mergulhava numa desesperança em relação à vida que me levava aos limites da depressão. Por isso tentava afastar essas lembranças com o trabalho” (101). Para fugir a esse estado, ela mergulhava no trabalho, no que era bem-sucedida. Francisco se mostra lúcido quanto à importância do trabalho e à presença do marido em sua vida. Ao despedir-se antes de viajar para o Tibete, ele é categórico: “— [...] Quero que você fique bem. Sua vida está organizada, seu trabalho é ótimo, você tem suas lembranças. Até porque Danilo ainda está vivo no seu coração. Acho que não vou fazer falta” (183).

2 Memórias da desapareição

Vários episódios dos anos de chumbo são lembrados, os quais estão em consonância com os eventos históricos. Inclusive, através deles se pode estabelecer a linha de tempo do romance. O marido é um militante que atua junto a um grupo de resistência, porém não são dados maiores esclarecimentos sobre suas atividades. Nesse momento, interessa considerar o impacto dessa desapareição na vida de Ângela, ou seja, o seu sofrimento pregresso, as buscas pelo paradeiro do marido e, depois, pelo corpo, além dos esforços para se reconstruir na excepcionalidade instaurada pela catástrofe.

O sofrimento é verbalizado em várias oportunidades. A primeira prisão do marido prefigura o que lhe acontecerá mais tarde: “Foram quinze dias de desespero, sem notícias, sem informações” (43). Ao referir-se a essa ocasião, expõe o estado em

que se encontrava. Ela não conseguia apurar nada de concreto, nem tinha conhecimento das circunstâncias do seu aprisionamento – sequer havia evidências desse –, nem do seu paradeiro, o que dificultava as buscas. Sem saber por onde começar, solicita a ajuda do pai, que tinha “um antigo amigo militar” (43). O militar acede em recebê-los e, ao final da entrevista, promete consultar amigos com vistas a obter informações: “Vou ver o que posso fazer” (45), é o que ele lhes diz. Sem alternativa, o sentimento de impotência a domina: “Não sabia como reagir. Totalmente impotente, sentia-me anestesiada pela dor, como se minhas vísceras tivessem sido arrancadas e apenas meu corpo oco se movimentasse automaticamente, sem energia e sem consciência, sem emoção” (46). Apegando-se às palavras do general, aguarda ansiosamente a libertação de Danilo: “Eu contava os segundos, os minutos, as horas, os dias, numa impotência sem limites. Sentia-me inútil, indefesa, mergulhada no ódio aos militares que tinham transformado minha vida e a vida do país naquele inferno” (48). Aqui se evidencia o quanto a personagem está à deriva e, sendo-lhe impedida qualquer ação, resta-lhe apenas esperar. Ao retornar, o marido silencia sobre os dias em que permaneceu encarcerado, porém as marcas inscritas em seu corpo denunciam as sevícias de que tinha sido vítima. Ângela sofre ao perceber o quanto essa experiência o atormenta.

Algum tempo depois (não é precisado quanto), ele é novamente aprisionado. Quando não volta para casa depois de um encontro, a esposa intui o pior: “Naquela noite tive um presságio sinistro” (70). É tal a ansiedade que a domina que não consegue dormir e os cochilos, permeados por pesadelos, dão o tom de seu estado. O fato de ele não retornar é muito significativo e lhe permite ver nisso o prenúncio de uma tragédia. A prisão é confirmada pelo telefonema de um amigo: “Danilo está preso e ferido” (72). À constatação do seu aprisionamento, iniciam-se as buscas. O primeiro lugar para onde Ângela se dirige é o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), pois é sabedora de que a triagem dos presos políticos é realizada ali. Apesar de permanecer por horas no local, não obtém nenhuma informação. Sai do DOPS desesperançada. Na casa dos pais, “chor[a] desesperadamente” (73). Observe-se que a situação é de extrema gravidade, uma vez que o marido é reincidente. Ela está acabrunhada: “Mas eu estava num estado desesperador. Tudo em volta estava turvo. Nada tinha mais significado para mim” (73). Como por ocasião da outra prisão, a dor a consome.

Seu périplo continua nos dias subsequentes. Retornando ao DOPS, é-lhe dada diariamente “a mesma recomendação: que voltasse amanhã” (73). Em um dos seus regressos, ela recebe a informação de que o marido fora transferido para outra prisão. Nesse outro quartel nada consegue apurar, sequer se ele “estava ali ou não” (74). Determinada, Ângela é incansável no intuito de descobrir o paradeiro do marido: “Peregrinei por gabinetes e salas de espera durante muito tempo sem encontrar uma informação positiva” (74). Nada conseguindo, tem a ideia de denunciar o caso aos jornais. Mas logo é demovida por um jornalista amigo, que lhe explica sobre a censura prévia aos jornais, os quais, se não cumprissem as regras, corriam o risco de serem fechados.¹

Sem notícias oficiais, é através dos amigos que ela tem conhecimento de fatos acontecidos nos porões. Os relatos dos que estiveram presos com Danilo lhe dão um certo alento: alguns o viram, outros escutaram sua voz e outros ainda “participaram de sessões de tortura com ele” (74). Essas informações a confortam:

Eram notícias ruins, mas era a certeza de que estava vivo. Havia uma tênue possibilidade de que escapasse com vida, que voltasse para casa qualquer dia, qualquer hora. Eu olhava para a porta esperando que num momento ele entrasse. Não perdia a esperança de reencontrá-lo. Era frágil, mas era uma esperança. (74-75)

É apenas através dos amigos do marido que obtém alguma notícia, pois sonegar informações era uma prática do Estado (Brasil, 2014: 502-503). Em razão disso, apesar do seu périplo, Ângela nada consegue apurar. Nesse momento, não pode contar com a ajuda do militar amigo do pai, pois ele sequer atende as ligações. Grávida, questiona-se sobre como criar uma criança sozinha. É importante considerar esse sentimento de impotência, porque ele aponta para a intuição de que o marido não retornará. No entanto, a esperança ainda persiste: “Demorei a perder a esperança de ter Danilo de volta. Rumores de que ele tinha sido morto começaram a circular e chegaram até mim” (82).

¹ A censura aos jornais iniciou de forma truculenta antes mesmo da promulgação do AI-5 (13 de dezembro de 1968). Depois dela, jornais foram proibidos de circular, retirados das bancas e seus diretores foram presos (Ventura, 1988: 387-388). Passada essa tormenta inicial “[...] estabeleceu-se um relativo equilíbrio em que havia graus variáveis de tolerância para com as transgressões. Nos primeiros meses de governo do general Médici só a tortura e as prisões haveriam de se tornar um tema incontornavelmente proibido” (Gaspari, 2014: 222).

Mesmo assim, sem o corpo, ela teve dificuldade de convencer-se de sua morte, pois “A esperança sempre tem um jeito de se insinuar nos nossos pensamentos e se instalar fincando raízes no mais profundo da alma. Teima em sobreviver às evidências” (84). Está consciente de que não ter o corpo, não realizar a cerimônia fúnebre, foi óbice para a aceitação de sua morte:

Não havia o atestado de óbito. Não houve o encadeamento natural de obrigações depois da perda: a contratação dos serviços fúnebres, o comunicado aos amigos e parentes, a burocracia do enterro, o velório arrastado, as flores, as orações, as condolências infindáveis, os agradecimentos, a missa de sétimo dia. Nada disso. Apenas a angústia, o medo, o silêncio, o terror. (84)

Sem o corpo, as etapas do ritual ficam interditas e a realização do luto em suspenso. Seu sofrimento permanece sem remissão e a aceitação de sua morte é dificultada: “O desespero continuava o mesmo: como me convencer de que estava morto sem ver o corpo?” (84). Seu “desespero” mostra o quanto a suspensão da cerimônia fúnebre foi determinante para a não elaboração do evento traumático. Ao refletir sobre *Antígona*, Vladimir Safatle revela a importância de fazer o enterro dos mortos. Não o realizar “só pode significar não acolher sua memória através dos rituais fúnebres, anular os traços de sua existência, retirar seu nome” (2010: 239). Jeanne Marie Gagnebin (2010: 184) também se reporta à importância de lhes dar sepultura: “Desde os tempos homéricos se celebra a necessidade humana de enterrar os mortos, de acolher os corpos dos guerreiros mortos, de não deixar nenhum corpo sem sepultura adequada”.

Também Ângela não deu uma sepultura ao marido. Nessa circunstância, o fato de não poder efetuar a cerimônia fúnebre a deixa definitivamente marcada. É por essa razão que “O desespero continua o mesmo” (84). Esse sofrimento é similar ao de todas as vítimas de um familiar desaparecido. Dom Paulo Evaristo Arns (2011 [1985]) é enfático quanto à dor de quem teve alguém próximo desaparecido: “Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O ‘desaparecido’ transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrindo a última luminosidade da vida”. Não saber sobre o destino de alguém querido, não saber sobre as circunstâncias de sua morte, afeta sobremaneira os que o perderam. As reflexões de Janaína de Almeida

Teles (2010: 269) também põem em foco a tortura devido ao desconhecimento do que aconteceu ao familiar:

A inexistência de um corpo ou de uma notícia a respeito da morte aumentava o desespero dos familiares, tornando impossível o esquecimento. O silêncio introduzido pelo terror do *desaparecimento* cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e de informações.

Não ter realizado as homenagens gera como contrapartida o luto em suspenso, o que decorre de não haver corpo para o cumprimento desses rituais da morte. Por isso, o sofrimento é continuamente reencenado. Essa é a situação de Ângela, da qual ela própria tem consciência. É por isso que a aceitação de que o marido foi morto é um processo bastante penoso, porque, não tendo o corpo, a esperança se impunha, “fincando raízes na alma” (84). No entanto, apesar desse óbice, finalmente se convence de que ele é um desaparecido. Esse convencimento não muda significativamente a situação, conforme ocorre com outras vítimas, o que as palavras de Gatti (2011: 63) evidenciam: “Un espacio irresoluble además: ni siquiera se cierra con la eventual certeza de la muerte. Seguirá *siendo* un detenido-desaparecido”. É isso que acontece com a protagonista de *Outono*. A certeza da morte não traz nenhum lenitivo para a dor que essa ausência lhe provoca, a qual é continuamente renovada ao longo de sua trajetória.

Persuadida de que o marido foi morto, abre-se para ela uma outra busca: a localização do corpo. Nisso é ajudada por amigos que “mantinham [relações] com alguns figurões do poder” (82). Ela é incansável nesse movimento: “Uma verdadeira romaria a sucessivos departamentos do aparelho de segurança. Em vão. Perdi a juventude arrastando-me de sala em sala, até que ouvi de um general que era melhor me conformar e não insistir, pois estava muito visada e poderia correr riscos” (82). É interessante o uso do vocábulo “romaria”, pois, estando associado a um deslocamento de caráter religioso, dá destaque à dedicação empregada nessa procura. Lembre-se que antes Ângela recorreu à palavra “peregrinação”. Nesse sentido, esses termos permitem a percepção do quanto se empenhou nessa busca, primeiro do paradeiro do marido, depois do seu corpo. Porém, apesar de todo o seu esforço, não tem êxito.² Sua busca

² A busca realizada pela personagem K., de Bernardo Kucinski (2014), é exemplar. Maria Zilda Cury (2020) faz uma análise sobre o romance *K. Relato de uma busca*, mostrando o quanto esse pai se

fracassada é a mesma de tantos familiares que não recuperaram os restos mortais dos parentes. Isso ocorreu em decorrência das estratégias de apagamento realizadas pelos agentes repressores. Fazer desaparecer um militante sem deixar rastros foi uma prática de Estado que se disseminou nos governos ditatoriais do Cone Sul.³ Essa consistia na ocultação “dos corpos das vítimas – por meio, entre outros, da criação de cemitérios clandestinos; da identificação das pessoas como indigentes; e do despejo de corpos no fundo dos lagos, de rios ou do mar (atirados de helicópteros)” (Brasil, 2014: 290). Assim procediam com o intuito de destruir os vestígios, impedindo que os corpos fossem encontrados e identificados. Dessa forma, escondiam os crimes cometidos pelos agentes repressores. Gagnebin (2010: 116) ressalta que os familiares lutaram contra essa aniquilação dos vestígios: “Tortura-se e mata-se os adversários, mas, depois nega-se a existência mesma do assassinio. Não se pode afirmar que as pessoas morreram, já que elas desapareceram sem deixar rastros, sem deixar também a possibilidade de um trabalho de homenagem e de luto por parte dos seus próximos”. É por isso que os corpos de muitos opositores ao regime autoritário não foram recuperados, e seus restos mortais nunca foram devolvidos às famílias.

Na ignorância desses crimes e, portanto, da possibilidade de o corpo já ter sido sepultado em algum lugar ignoto, Ângela fazia sua peregrinação pelos labirintos do poder repressor. Essa deambulação a deixa visada, o que representa um risco, conforme se pode notar na advertência do general. Ainda assim, determinada e sem se conformar, procura um advogado, pois deseja abrir um processo. Esse lhe explica sobre os perigos que a instauração de um poderia lhe acarretar. Por outro lado, ele se refere à atuação da Igreja Católica⁴, sobre sua expectativa dos avanços que poderiam se originar dessa mobilização para “reduzir o arbítrio” (82). As palavras do advogado põem em foco os riscos que sobreviriam de um processo. Nesse sentido, elas estão em consonância com

empenhou para saber do paradeiro da filha e, depois, para encontrar seu corpo. Não tendo êxito em sua empreitada, ele procura formas simbólicas de lápide, intento que também é frustrado.

³ “Sob o comando do CIE, a máquina de repressão do governo reorientara-se na direção do extermínio” (Gaspari, 2014: 389). Ao extermínio, sancionado pelo próprio presidente – “Médici dizia que matando-se os terroristas, reduzia-se o número de presos e, com isso, o poder de barganha dos que continuavam em atividade” (id. 391) –, seguia-se o desaparecimento dos corpos. Segundo Elio Gaspari (2014), esse, ao encobrir as circunstâncias da morte, também evitava o confronto com médicos legistas nem sempre complacentes em formular relatórios falsos, assim como ficavam livres de criar versões sobre a morte.

⁴ Cabe lembrar do trabalho realizado pela Arquidiocese de São Paulo, em que o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns teve um papel fundamental, pois representou um verdadeiro baluarte para as famílias vítimas de uma desapareição -- por isso a importância dessa alusão.

a advertência do general. Ambos lhe apontam para o perigo de continuar procurando pelo corpo. À consciência dos perigos alia-se à necessidade de criar a filha. É então que se impõe um outro movimento: o de refazer sua vida, não obstante a dor que a avassalava.

Consciente dos riscos, ela não mais empreende buscas individuais, todavia acompanha as lutas coletivas que começam a se organizar, estando atenta às descobertas, porque é primordial encontrar os restos mortais do marido. Sua busca por respostas é a mesma de tantos outros familiares, que estão conscientes de que “havia muito a vasculhar” (107). “Justo é pedir a localização dos filhos, irmãos, pais e esposos que, notoriamente, foram presos pelos órgãos de segurança e encontraram a morte pelo ‘desaparecimento’ para dar-lhes sepultura digna” (Arquidiocese, 2011: 270). Ela não tem o conforto de sepultar o marido, situação que permanece não resolvida na atualidade da narrativa: na reunião da Comissão Nacional da Verdade a que Ângela e Vitória comparecem, são informadas de que nada foi apurado sobre o seu corpo.

Mesmo diante dessa situação excepcional instaurada pela desapareição, é imprescindível refazer-se. A filha é o motor principal desse processo. À angústia de sentir-se sozinha para criá-la, segue-se a compreensão e a determinação de que urge fazê-lo: “Pensei no bebê, tão pequenino, tão vulnerável, e decidi que me dedicaria a criá-lo da melhor maneira possível, sem expô-lo a riscos” (82).

Uma providência prática é defrontar as coisas do marido com vistas a abrir espaço no armário para as roupas do bebê. Esse é um ato muito doloroso: “Abracei o pulôver azul escuro e desabei num choro convulso” (84). O choro denuncia o desencadear da emoção provocada pelo contato com seus pertences. Esse ato tem uma representação simbólica muito importante, pois, assim fazendo, ela evidencia seu convencimento de que a desapareição é fato. Nele também se explicita sua decisão de construir sua vida apesar da excepcionalidade inaugurada por essa catástrofe. É nesse mesmo vazio que sua reconstrução aconteceu, a qual foi sustentada por dois pilares: a criação da filha e a dedicação ao trabalho. São eles que lhe permitem sobreviver nessa anormalidade imposta pela ausência.

O, en otras palabras, si a lo que ha de darse respuesta es el trauma – una herida y um agujero –, esa respuesta inequívocamente ha de pasar, para ser eficaz, por recoser esa herida y llenar ese agujero en el que queda instalado el sujeto sometido a él. Es decir, por *dotar de sentido al vacío*. (Gatti, 2011: 118)

As palavras do pesquisador apontam para a necessidade de ressignificar o vazio. É o que Ângela faz. Ela se esforçou para se “acomodar à ideia da perda” (85) e sua “vida foi voltando à rotina” (id.ibid.). Uma rotina em que teve de encarar sozinha a criação de Vitória. “Mesmo sob aquela sombra terrível, era preciso continuar” (85), são palavras que apontam para sua convicção da urgência de se reconstruir. Apesar dos seus temores, da sua insegurança diante do futuro, há que sobreviver; e a fragilidade da filha, que dela depende, é a força essencial para encontrar uma normalidade nessa situação excepcional. A dedicação a ela é primordial: “Os trabalhos com o bebê ajudaram inicialmente, pois era uma nova vida e precisava de cuidados” (87). Em outro momento, reitera o quanto esses são importantes para que não sucumbisse à negatividade: “Apenas Vitória me mobilizava de alguma forma. Acompanhava seu crescimento e me dedicava à sua educação com carinho redobrado” (91). Então, novas práticas passam a compor seu cotidiano: “Aos poucos organizei a rotina e acostumei-me com as novas circunstâncias. Entreteinha-me em pagar as contas, controlar o dinheiro, resolver os problemas que surgiram na manutenção do apartamento, negociar o carro e trocá-lo, viajar sozinha, enfrentar as tarefas do trabalho” (91). As reflexões de Gatti (2011: 187) mostram a possibilidade de reconstrução nessa mesma precariedade instituída pela tragédia: “Pero no hay por qué: puede también pensarse que en lo precário, en la ausencia, se habita, que la ausencia de centro y de identidad constituye normalidad, aunque sea anómica”. Mais adiante, reitera que uma tal catástrofe instala um desajuste, porém, apesar das rupturas e percalços impostos, é possível reconstituir-se: “Tras el tsunami se vive, pero cuesta” (218).

Conclusão

O trauma do desaparecimento de Danilo continua ecoando no presente da narrativa. A não realização do luto é crucial para que esse evento continue repercutindo. Ângela está consciente das implicações dessa desapareição em sua vida, inclusive que é responsável por não se reconstruir no que concerne aos relacionamentos amorosos, pois a incógnita sobre o que aconteceu ao marido ainda reverbera: “O vazio deixado por Danilo ainda era preenchido pela dúvida sobre a sua trajetória até o desaparecimento” (101).

Depois de quatro décadas sem se permitir envolvimento amoroso, finalmente se vê envolvida por alguém. No entanto, esse namoro é afetado pela “ferida aberta” que continuamente lhe volta a sangrar. Essa se reencena ao assistir *Cidadão Boilesen*, ocasião em que “chora convulsivamente”, mas, sobretudo, em seus pesadelos, os quais deixam suas marcas transparentes.

Aspecto que também é sintomático da ressonância da cena traumática se revela em sua culpa quando do início de seu relacionamento com Francisco, o que não escapa a seu olhar percuciente: “É como se não tivesse mais direito, como se isso tudo que eu sinto e sei que você também sente não fosse aceitável” (146). Ao deitar-se, a culpa novamente se instaura: “Fui assolada por uma culpa aterrorizante. Parecia que um castigo assombroso recairia sobre mim. [...] Eu me sentia como se tivesse cometido um crime e corresse perigo de ser descoberta” (146). O evento traumático não elaborado está na raiz dessa ebulição de emoções, pois, apesar dos muitos anos passados, esse ainda não foi simbolizado. Não ter o corpo se constituiu em óbice para a realização do ritual fúnebre e, como tal, do luto. Em entrevistas feitas com familiares de desaparecidos, Ludmila da Silva Catela (2001: 156) percebeu o quão fundamental era para essas pessoas a recuperação dos restos mortais dos desaparecidos: “A importância de recuperar o corpo resume a possibilidade de um acontecimento, de um ritual em companhia dos que se solidarizam com sua dor. O desaparecimento se transformaria em morte e, assim, ela seria domesticada, seria sintetizada com a ideia de um limite ou de um ponto”. Ângela permanece ignorando as circunstâncias da morte do marido. Na reunião com os representantes da Comissão Nacional da Verdade (para a qual Ângela e a filha haviam sido convidadas), eles esclarecem que não conseguiram nenhum rastro sobre a morte de Danilo: “Continuávamos sem saber os detalhes do que realmente tinha acontecido” (119). É por essa razão que não consegue dar “um ponto” a esse capítulo traumático do seu passado. O resgate do corpo, ou mesmo o conhecimento sobre as contingências da sua morte, teria lhe propiciado um certo conforto, apesar do sofrimento que lhe acarretaria. Sua morte teria se tornado “concreta, definitiva, presente, individual, identificada” (CATELA, 2001: 150). Porém, essa possibilidade lhe é vedada e, com o luto em suspensão, é determinante para que essa catástrofe continue reverberando em seu cotidiano.

A leitura que ora se propôs não esgota o potencial do romance. Ressaltam-se as várias referências aos acontecimentos históricos, os quais se situam antes e depois da desapareição. Nesse sentido, percebe-se que há uma revisão histórica do período ditatorial, porém, não se circunscrevendo a ele, pois se estende até a instauração da Comissão Nacional da Verdade, que se constitui no presente da narrativa. Cabe também lembrar as inúmeras referências fílmicas – apenas tangenciadas nesse estudo – e literárias, que permitem um profícuo diálogo intertextual. Esses representam alguns dos percursos que ficam em aberto para outras abordagens...

TRABALHOS CITADOS

Arns, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. *In: Arquidiocese de São Paulo. Brasil: nunca mais.* Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2011.

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais.* Petrópolis: Vozes, 2011.

Assmann, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.* Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

Brasil. *Comissão Nacional da Verdade: Relatório.* Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2021.

Catela, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina.* São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

Cury, Maria Zilda. *Non habeas corpus: direito ao corpo na ficção de Bernardo Kucinski.* In: Gomes, Gínia Maria. *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão.* Porto Alegre: Polifonia, 2020. p. 39-62.

Figueiredo, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

Gagnebin, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.

Gaspari, Elio. *A ditadura escancarada.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Garcez, Lucília. *Outono.* Brasília: Outubro Edições, 2018.

Gatti, Gabriel. *Identidades desaparecidas: peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

Kehl, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura.* São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

Kucinski, Bernardo. *K. Relato de uma busca.* São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Safatle, Vladimir. Do uso da violência contra o estado ilegal. In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.

Seligmann-Silva, Márcio. Apresentação da questão: a literatura como trauma. In: _____ (Org.). *História, Memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2003. p. 45-58.

Seligmann-Silva, Márcio. A história como trauma. In: Nestrovski; Seligmann-Silva (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-60.

Teles, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “Verdade e justiça” no Brasil. In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

Ventura, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Gínia Maria Gomes é graduada em Letras/ Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1975), especialista em Linguística e Letras pela mesma universidade (1979), possui mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (respectivamente em 1992 e 1999) e realizou seu pós-doutorado pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (2009). Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira. Além de sua produção constante em periódicos científicos, publicou *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão* (2020).

Artigo recebido em 13/12/2021. Aprovado em 16/12/2021.